



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**Secretaria Municipal de Logística e Compras**  
**Superintendência da Secretaria de Logística e Compras**  
**Diretoria de Licitações**  
**Gerência de Licitações**

Rua Neo Alves Martins, 2597 - Bairro Zona 01, Maringá/PR,  
CEP 87013-060 Telefone: (44) 3127-7100 - [www2.maringa.pr.gov.br](http://www2.maringa.pr.gov.br)

**EDITAL DE LICITAÇÃO (OBRAS PÚBLICAS;EXECUÇÃO)**

## **PREZADO LICITANTE:**

Este edital traz todas as informações relevantes e regras específicas para a participação e para a condução do certame, sendo que todas as decisões serão tomadas com base no que o presente edital estabelece.

Dúvidas ou discordância serão manifestadas antes do início do certame, durante o prazo (contado em dias úteis) previsto neste Edital, bem como no Caderno de Normas Licitatórias, preferencialmente através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a partir de um dos seguintes tipos processuais:

- Licitação: Pedido de Esclarecimento
- Licitação: Impugnação de Edital de Licitação

Subsidiariamente, pelo e-mail [pedidoslicitacoes@maringa.pr.gov.br](mailto:pedidoslicitacoes@maringa.pr.gov.br), sendo que neste caso tais peticionamentos só serão tidos como confirmados após formal e expressa confirmação de servidor da Administração.

Sobre o cadastro no SEI, maiores informações podem ser obtidas a partir do site: <https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>, ou pelos telefones: (44) 3221-1403, (44) 3221- 1356, (44) 3221-1246, ou ainda, através do e-mail [sei@maringa.pr.gov.br](mailto:sei@maringa.pr.gov.br).

Consideram-se partes integrantes deste edital os seus anexos e as normas do Caderno de Normas Licitatórias referidas neste edital.

Neste sentido, não é demais orientar que é fundamental a cautelosa leitura, além do edital, dos anexos integrantes.

As minutas da ata de registro de preços e do contrato trazem as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará a pactuação, conforme o caso. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as demais condições que regem a sua execução.

As demais informações gerais sobre definições utilizadas em certames, ritos de esclarecimentos e impugnações, análise das condições de participação e condições de julgamento das propostas e habilitação, critérios sobre a apresentação de amostras, regras de negociação, procedimentos de recursos e contrarrazões, além de outras explicações detalhadas sobre as formas de licitação, ordem das etapas, modos de disputa, critérios de julgamentos, de desempate, benefícios aplicáveis, dentre outros, podem ser encontradas no já referido [Caderno de Normas Licitatórias](#), podendo ser acessadas através de clicks nos links (identificados com o sublinhado) presentes no edital.

O Estudo Técnico Preliminar responsável por indicar o caminho percorrido pelo Município até a solução ora licitada (como sendo a que melhor lhe atende), e o termo de referência - TR, que possui a construção de todos os elementos do presente edital, farão parte integrante deste, como anexos, assim como a Minuta de ARP - Ata do Sistema de Registro de Preços (se houver) e a Minuta de Contrato, além do Instrumento de medição de resultado, se for o caso.

Atenciosamente,

## **EDITAL DE LICITAÇÃO - LEI 14.133/2021**

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**

**Processo Administrativo nº [01.20.00036245/2026.94](#)**

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objeto do certame: #OBJC Contratação de empresa especializada na área de engenharia/arquitetura para execução de obra de **Construção do Pronto Atendimento Municipal (PAM) - Lote nº 01 (PAM Zona Leste) e Lote nº 02 (PAM Zona Oeste)** no Município de Maringá – PR. Serão executados serviços de relacionados à construção de uma edificação de alvenaria, com estrutura em concreto armado e cobertura de estrutura metálica, conforme Projetos padronizados pelo Governo do Estado do Paraná para PAMs e implantações desenvolvidas pela equipe interna da Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEMOP. O objeto deverá ser executado de acordo com os projetos e documentação relacionada, conforme documentos citados no **item 9.3 - Anexos do Projeto Básico**.

1.1.1. Unidade demandante: #SECD

1.1.1.1. Prefeitura do Município de Maringá – PR (**PMM**), por meio da Secretaria Municipal de Saúde (**SAÚDE**) e da Secretaria Municipal de Obras Públicas (**SEMOP**).

1.1.1.2. Autoridade máxima da Unidade Demandante #RESP: **Antônio Carlos Figueiredo Nardi** - Secretário Municipal de Saúde e **Roberto Petrucci Junior** - Secretário Municipal de Obras Públicas.

1.2. **A proposta deverá ser apresentada até as 09:00 horas do dia 03/06/2026.**

1.2.1. **Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, pelo licitante mais bem classificado, em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.**

1.2.2. A solicitação dos documentos de habilitação, pelo agente ou comissão de contratação, poderá ser feita juntamente com a solicitação de proposta ajustada.

1.2.2.1. A análise da habilitação ocorrerá, contudo, após o julgamento da proposta, por obediência às fases do art. 17 da L. 14.133/21.

1.2.2.2. Caso o licitante deixe de enviar os documentos de habilitação juntamente com a proposta ajustada, conforme solicitado pelo agente de contratação/pregoeiro, se esta for classificada, e, caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

1.3. **Data do certame e horário da disputa de lances: 09:00 horas do dia 03/06/2026.**

1.4. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) o edital: até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.

1.5. Valor estimado total da contratação: #VETC **R \$ 13.860.507,31 (treze milhões, oitocentos e sessenta mil quinhentos e sete reais e trinta e um centavos)**

1.5.1. Valor máximo do Lote nº 01: **R\$ 6.498.098,66** (seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil noventa e oito reais e sessenta e seis centavos);

1.5.2. Valor máximo do Lote nº 02: **R\$ 7.362.408,65** (sete milhões, trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e oito reais e sessenta e cinco centavos).

1.6. Rito da seleção: #MDLI Concorrência

1.7. Forma da seleção: #FDSE [eletrônica](#)

1.8. Local do certame: <http://comprasnet.gov.br/>

1.9. **UASG: 987691**

1.10. Número da licitação na plataforma: **90004/2026**

1.11. Critério de julgamento #CDJU [Menor preço](#)

1.11.1. A contratação será: #CGOI **Por itens, sendo Construção do Pronto Atendimento Municipal (PAM) - Item nº 01 (PAM Zona Leste) e Item nº 02 (PAM Zona Oeste).**

1.12. Modo de disputa: #MDDI [Fechado e aberto na forma eletrônica](#)

1.12.1. Intervalo mínimo entre lances: 0,1% (um décimo por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.

1.12.2. Ordem das etapas: #ODET [Rito procedimental comum](#)

1.13. Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços? Não #CSRP

## 1.14. Condições para subcontratação #QSRS #QLDS

1.14.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, observadas as condições listadas a seguir.

1.14.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.14.3. Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem a parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratado, com características semelhantes.

1.14.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, como quanto à qualidade técnica da obra e do serviço prestado.

1.14.5. Quando da subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidos na licitação.

1.14.6. A alteração da subcontratação habilitada durante a execução do contrato depende de autorização prévia por parte do contratante, assim, o contratado originário deve submeter à apreciação do contratante o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do pretendente subcontratado e da respectiva documentação, que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. Caberá a fiscalização avaliar por meio de parecer técnico se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

## 1.15. [Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE](#): #BMPE Sem benefícios para MPE (Ampla Concorrência - Geral).

1.15.1. Para se beneficiar da condição de MPE, o licitante deve se declarar como tal.

1.16. Os documentos apresentados pelos licitantes deverão possuir assinatura digital que atenda ao disposto na [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e no [Decreto Municipal nº 871, de 07 de julho de 2020](#).

## 2. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Maringá ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e

2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7. Empresas reunidas em [consórcios](#) não poderão participar desta licitação. #CONS

2.8. **Comprovação de não participação de licitantes e profissionais: #CPLP** As empresas participantes e os profissionais apresentados por essas deverão atender aos critérios listados no art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Caderno de Normas Licitatórias (disponível em <https://www.maringa.pr.gov.br/caderno-normas-licitatorias/>). Logo, **não** poderão participar as empresas e/ou responsáveis técnicos pelos estudos técnicos, projetos e orçamento, conforme relação apresentada no **item 15 - Responsáveis técnicos pelos estudos técnicos, projetos e orçamento** do Projeto Básico.

2.9. Clique neste link: [análise das condições de participação](#), para saber, em detalhes as regras da análise das condições de participação

### 3. DECLARAÇÕES

3.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.

3.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;

3.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Maringá;

3.1.3. Que para a obtenção dos benefícios contidos no caput do art. 4.º da L. 14.133/2021, a participante observará que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do §2.º do art. 4.º da L. 14.133/2021.

3.1.4. No quadro societário não tem nenhum integrante que seja ligado ao Prefeito, vice-prefeito, secretários ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e estou ciente que não poderei contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta caso venha ter a referida ligação, inclusive com aqueles que deixaram tais funções nos últimos 12 (doze) meses antes da contratação, conforme determina o inciso V do art. 59 da Lei Orgânica de Maringá;

3.1.5. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3.1.6. A proposta foi elaborada de forma independente, **com validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias**, e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço; #VMIP

3.1.7. Que o desconto ofertado está indicado na **DECLARAÇÃO DE PROPOSTA AJUSTADA** e, caso não haja concordância com a incidência linear de desconto em todos os serviços da planilha sintética, será apresentada complementarmente a **DECLARAÇÃO DE DESCONTO NÃO LINEAR**;

3.1.8. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas;

3.1.9. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

3.1.10. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz;

3.1.11. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

3.1.12. Concordo com a adequação do projeto que integra o edital e que as alterações contratuais decorrentes de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

3.1.13. Comprometo-me a realizar, bem como manter ativo e atualizado o respectivo cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>);

3.1.14. Que será promovida a assinatura do respectivo instrumento (Contrato ou Ata de Registro de Preços) através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no prazo de até 05 dias úteis após a convocação realizada pelo Município de Maringá;

3.1.15. **Que foi disponibilizada (pela Administração) para a licitante toda a documentação relativa ao objeto desta licitação;**

3.1.16. **Que irei dispor das instalações, dos veículos, dos equipamentos, das ferramentas, dos utensílios e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação; e**

3.1.17. **Ademais, que serão devidamente preenchidas e entregues as demais DECLARAÇÕES listadas nos Anexos (abaixo), integrantes deste Edital.**

## 4. PROPOSTA

### 4.1. Apresentação da Proposta #PROP

4.2. A proposta deverá ser preenchida conforme modelo Anexo deste Edital, e conforme item expresso do Projeto Básico.

4.2.1. Havendo divergência entre o item lançado da Plataforma ComprasGov (a partir do CATMAT/CATSERV) e o constante deste Edital, prevalecerá o descrito em Edital, a ser considerando para fins de proposta ajustada.

4.2.2. As propostas de preços deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, limitado o preço unitário a 02 (duas) casas após a vírgula, (ex.: 0,00). O valor total também será limitado a 02 (duas) casas após a vírgula, (ex.: 0,00).

4.3. Após a classificação das licitantes do certame, a empresa classificada em primeiro lugar para cada lote deverá apresentar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, no prazo de até **24 horas** da convocação do agente de contratação ou da comissão de contratação, podendo o prazo ser prorrogado por igual prazo, pela comissão de contratação, mediante solicitação tempestiva do licitante.

4.4. Caso não haja manifestação da licitante classificada solicitando a prorrogação do prazo inicial ou caso não seja apresentada a documentação solicitada, dentro do prazo inicial ou de eventual prorrogação, a empresa será desclassificada do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo convocada a próxima empresa, na ordem de classificação.

4.5. O licitante que apresentar proposta com erros ou falhas diante das regras estabelecidas no edital, poderá ter a oportunidade de sanear o erro da proposta, desde que não seja alterada a sua substância, nem que seja majorado o valor proposto pelo licitante ao final do certame. Será desclassificada a proposta que, depois de dada a oportunidade de saneamento, permanecer em desacordo com o estabelecido no Edital, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório para apuração de infração, caso esteja enquadrada em uma ou mais condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

4.5.1. O não envio da proposta ajustada no prazo estipulado ensejará a desclassificação do licitante, com consequente aplicação das sanções indicadas neste Edital.

### 4.6. Proposta de Preços: #PRPR

4.6.1. Para cada lote, deverão ser apresentados assinados pelo responsável técnico da empresa classificada, conforme **Planilha orçamentária do item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento (SEI nº 8481684)** e **(SEI nº 8494569)** do Projeto Básico:

I - **FOLHA FECHAMENTO EMPRESA:** apresentar planilha de dados da empresa no formato editável e digital com assinatura;

II - **COMPOSIÇÃO BDI EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada do BDI Geral e Diferenciado da empresa no formato editável e digital com assinatura;

III - **FOLHA RESUMO:** apresentar planilha com o resumo da planilha sintética no formato editável e digital com assinatura;

IV - **PLANILHA SINTÉTICA EMPRESA:** apresentar planilha orçamentária para proposta da empresa no formato editável e digital com assinatura;

V - **COMPOSIÇÕES COMPLEMENTARES EMPRESA:** apresentar planilha de composições detalhadas de preços unitários de cada item da planilha orçamentária proposta pela empresa, inclusive do ALO, no formato editável e digital com assinatura; sendo facultado à empresa



apresentar apenas as composições que diferem daquelas disponibilizadas pela Administração e das constantes de bancos oficiais, conforme indicado no modelo de [DECLARAÇÃO DA PROPOSTA](#);

**VI - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO EMPRESA:** apresentar o cronograma físico-financeiro da empresa no formato editável e digital com assinatura; no caso de empreitada por preço global, deve ser observado que o cronograma poderá ser readequado posteriormente pela empresa declarada vencedora, conforme estabelecido no **item 7.1** do Projeto Básico;

**VII - ENCARGOS SOCIAIS EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada dos Encargos Sociais da empresa no formato editável e digital com assinatura.

4.6.2. Para a elaboração da proposta de preços, devem ser observados os **itens 4.9.5 - Disposições gerais referentes à proposta de preços** e **4.9.6 - Critérios para detalhamento das composições** do Projeto Básico.

#### 4.7. Disposições gerais referentes à proposta de preços

4.7.1. Para elaboração da proposta de preços a empresa proponente deverá observar rigorosamente os documentos técnicos que embasam essa contratação. Com o intuito de padronizar a forma de apresentação das propostas, de se evitar erros no preenchimento da planilha orçamentária e de facilitar o preenchimento da mesma pelas proponentes, o contratante disponibilizou a **Planilha orçamentária do item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** ([SEI nº 8481684](#)) e ([SEI nº 8494569](#)) do Projeto Básico no formato ".xslm" para usar como base. Contudo, para preenchimento da mesma, a proponente deverá observar o que segue:

I - Toda e qualquer operação numérica envolvendo multiplicação na proposta de preços, deverá ser apresentada obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob forma decimal e somente com até 02 (dois) dígitos após a vírgula, unitário e total, com nível de precisão "truncar" (função correspondente ao software Microsoft Excel), desprezando-se as cifras significativas posteriores a fim de evitar possíveis erros de arredondamentos;

II - No orçamento sintético, a proponente não poderá propor preço global ou preço(s) unitário(s) superiores aos estabelecidos no orçamento de referência pelo contratante, sob pena de desclassificação da proposta.

4.7.2. Observadas as disposições contidas neste item, a empresa proponente deverá apresentar um orçamento com o preço final contendo valores para todos os itens especificados no orçamento de referência, compreendendo especificações dos serviços, quantidades, preços unitários e globais, devidamente assinado, pelo responsável legal e por um responsável técnico (constando o nome, respectiva qualificação técnica e o número de registro no CREA/CAU).

4.7.3. Os equipamentos/veículos a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar em perfeitas condições de uso e ser objeto de seguro total contra riscos de qualquer espécie, providenciado pela empresa e todos os custos inerentes à utilização dos mesmos, tais como operador/motorista, combustível, manutenção etc., deverão estar inclusos em suas propostas.

4.7.4. Os materiais a serem empregados na execução dos serviços serão fornecidos pela empresa contratada e todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento e utilização deverão estar inclusos nos preços unitários propostos para os diferentes serviços. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e serem aprovados pela fiscalização.

4.7.5. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a empresa proponente:

I - Examinou criteriosamente os documentos do edital de licitação, que os comparou entre si e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;

II - Considerou que os elementos desta licitação lhe permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória, inclusive que tomou conhecimento e entende a aplicação, se for o caso, de mais de um valor de BDI no mesmo orçamento devido as diferentes alíquotas de ISS para cada serviço a ser executado, conforme orientação da Secretaria Municipal de Fazenda;

III - Adotou alíquotas dos impostos conforme legislação vigente e regime tributário a que pertence, considerou conforme opção a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), Lei Federal nº 13.161, de 31 de agosto de 2015;

IV - Incluiu nos preços ofertados, todas as despesas dos serviços e encargos a seguir relacionados, quando existirem: todos os materiais, insumos, equipamentos, veículos e ferramentas, controle tecnológico de qualidade e testes dos serviços que forem necessários, mão-de-obra especializada que se fizer necessária, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária,

da responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e outros.

4.7.6. A proposta terá prazo de validade de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da data estabelecida para abertura das propostas. Decorrido esse prazo, sem que haja convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021). #VMIP

I - Em casos excepcionais, a comissão de contratação poderá solicitar às empresas licitantes uma prorrogação específica no prazo de validade das propostas. A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito. No caso da proponente recusar-se a estender o prazo de validade de sua proposta, a mesma será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado, não será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para arguir futuramente qualquer alteração de preços.

#### 4.8. Critérios para detalhamento das composições

##### 4.8.1. Composições de preço unitário

I - A licitante deverá apresentar as composições detalhadas de todos os serviços constantes no orçamento sintético de referência cujas composições diferirem daquelas publicadas pela Administração ou constantes de bancos oficiais, conforme aba "**COMPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** ([SEI nº 8481684](#)) e ([SEI nº 8494569](#)) do Projeto Básico do Projeto Básico.

II - Na composição detalhada de preços unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, bem como coeficientes de produtividade, de consumo, de aproveitamento e seus respectivos valores.

III - Os coeficientes de consumo e produtividade apresentados devem considerar o tempo necessário para execução do respectivo serviço no caso da mão de obra, bem como a quantidade suficiente de consumo de materiais, capaz de permitir a exequibilidade do serviço.

IV - Toda e qualquer operação numérica envolvendo multiplicação nas composições detalhadas de preços unitários, deverá ser apresentada obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob forma decimal e somente com até 02 (dois) dígitos após a vírgula, unitário e total, com nível de precisão "truncar" (função correspondente ao software Microsoft Excel), desprezando-se as cifras significativas posteriores, a fim de evitar possíveis erros de arredondamentos. Quanto aos coeficientes de consumo que representam a fração da unidade do serviço/insumo, estes são livres de limitação para casas decimais.

V - Nos valores apresentados deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, bem como impostos, taxas, fretes, seguros e outros.

VI - O valor total de cada composição deve ser exatamente igual ao valor de cada serviço correspondente na **Planilha orçamentária sintética**.

VII - Não se admitirá, nas composições, valores identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

##### 4.8.2. Composição de BDI geral e BDI diferenciado

I - A licitante deverá apresentar as composições detalhadas de todos os BDI constantes no seu orçamento, conforme abas "**BDI GERAL EMPRESA**" e "**BDI DIFERENCIADO EMPRESA**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** ([SEI nº 8481684](#)) e ([SEI nº 8494569](#)) do Projeto Básico.

II - Para compor seu BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, para obras e serviços de engenharia e arquitetura e para fornecimento de materiais e equipamentos, este último quando utilizado, a licitante deverá levar em consideração que somente será admitido em sua composição exclusivamente os seguintes itens:

- a) Administração Central;
- b) Seguro e Garantia;
- c) Risco;
- d) Despesas Financeiras;



e) Lucro;

f) Tributos (COFINS, PIS, ISS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, conforme o caso).

III - As incidências por item componente do BDI devem observar o disposto abaixo:

**Tabela 05 do PB – Composição do BDI**

ITEM COMPONENTE DO BDI	%
Administração Central	variável
Seguro e Garantia	variável
Risco	variável
Despesas Financeiras	variável
Lucro	variável
Tributos	conforme regime tributário
COFINS	conforme regime tributário
PIS	conforme regime tributário
ISS	conforme regime tributário
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	conforme regime tributário

IV - Adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS (Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário).

V - Atentar para a ocorrência de alíquotas diferenciadas do ISS para os serviços que compõem o orçamento básico, principalmente para itens referentes à materiais e equipamentos de natureza específica fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representam percentual significativo do preço global da obra. Para estes, deve resultar percentuais de BDI igualmente diferenciados que deverão ser aplicados. Os itens com BDI diferenciado estão indicados na **Planilha orçamentária sintética** do orçamento de referência da licitação.

VI - A empresa também deve levar em consideração o regime tributário a que está enquadrado e, caso solicitado, deverá comprovar sua situação através do Contrato Social ou documento equivalente e apresentar consulta da Situação Cadastral da Secretaria Municipal de Fazenda.

VII - Adotar na composição do BDI, as alíquotas do PIS e COFINS observando o regime tributário da empresa. O regime de incidência cumulativo é aplicável aos empreendimentos que se enquadram no conceito de "obras de construção civil" com percentuais de **3,00%** e **0,65%** respectivamente (Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário), com exceção para as empresas optantes pelo regime fiscal do Simples Nacional.

VIII - As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais (EFD-Contribuições) comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos últimos **12 (doze) meses** dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e Lei Federal nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

IX - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

X - Se a empresa for Simples Nacional, deverá apresentar a DEFIS (declaração enviada para a Receita Federal) para que a comissão verifique se as alíquotas de ISS, PIS e COFINS, informadas na composição do BDI, são de fato as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher.

XI - As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária vigente.

XII - Os custos relativos a administração local, mobilização, desmobilização, instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI.

XIII - Os tributos considerados de natureza direta e personalista, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 (Súmula nº 254 do Tribunal de Contas da União - TCU).

#### 4.8.3. Composição de encargos sociais

I - A licitante deverá apresentar a composição detalhada dos Encargos Sociais da sua empresa, conforme aba "**ENCARGOS SOCIAIS**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** ([SEI nº 8481684](#)) e ([SEI nº 8494569](#)) do Projeto Básico.

II - Na composição dos Encargos Sociais a licitante deverá considerar que as tabelas a serem apresentadas, tanto para horista quanto para mensalista, devem estar em consonância com o próprio Regime Tributário e com a legislação vigente.

III - Como a Lei Federal nº 13.161, de 31 de agosto de 2015, faculta a opção quanto aplicação da desoneração da Folha de Pagamento, para formulação da proposta, a licitante deverá optar por um dos regimes de recolhimento previdenciário previstos no citado diploma legal.

IV - Para as empresas não optantes pela desoneração da folha de pagamento, estas deverão incluir na composição dos Encargos Sociais a alíquota de INSS, em consonância com a legislação vigente.

V - Os custos dos Encargos Sociais e trabalhistas, conforme legislação em vigor, deverão ser expressos como um percentual incidente sobre os salários.

VI - A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

#### 4.8.4. Das possíveis correções no orçamento

4.8.4.1. A planilha orçamentária sintética, as composições de BDI, de encargos sociais e de preços unitários da empresa classificada serão objeto de análise pela Unidade Técnica de Análise da SEMOP (UTA-UT), conforme disposições da [Portaria nº 44/2022-SECSEMOP](#), de 06 de setembro de 2022; da [Portaria nº 51/2022-SECSEMOP](#), de 30 de novembro de 2022; e da [Portaria nº 55/2022-SECSEMOP](#), de 20 de dezembro de 2022.

4.8.4.2. A unidade técnica poderá, se for o caso, sugerir adequações das composições, desde que não altere o valor global da proposta de preços da licitante, ou solicitar esclarecimentos/justificativas para possibilitar a manutenção da composição. Somente será aceita alteração para menor do valor global da proposta, observado o princípio da economicidade.

4.8.4.3. Serão passíveis de correções as composições do BDI e dos encargos sociais que se enquadrarem nas seguintes situações:

I - Erro de algoritmo de cálculo, que compreende a sequência finita e ordenada de instruções, ou seja, cálculos aritméticos nas fórmulas pré-estabelecidas tanto da composição dos encargos sociais como na fórmula do BDI;

II - Irregularidade formal na proposta classificada que, por sua irrelevância não gera nulidade, se a irregularidade praticada pela licitante classificada a ela não trouxe vantagem, nem implicar em desvantagem para as demais participantes, não resultando assim em ofensa à igualdade; se o erro apontado não interfere no julgamento objetivo da proposta e se não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública (Recurso Ord. em Mandado de Segurança nº 23.714-1/DF, da 1ª Turma do Sistema Tribunal Federal - STF, em 05 de setembro 2000).

4.8.4.4. Fica estabelecido o máximo de **03 (três) diligências** pela Unidade Técnica de Análise da

SEMOP (UTA-UT), com o objetivo de solicitar adequações, informações e esclarecimentos. Persistindo as inconsistências na proposta haverá adequação de ofício pela Administração, conforme composições próprias, sem prejuízo de assunção da responsabilidade pela licitante e multa no valor de **1% (um por cento)** do valor da proposta.

4.8.4.5. Como condição para homologação do certame e adjudicação do objeto à empresa classificada, caso sejam constatados erros nas composições apresentadas, esses deverão ser corrigidos pela empresa, nas condições já elencadas neste item.

I - A proposta corrigida, em conformidade com os apontamentos da UTA-UT, deverá ser apresentada conforme disposto no **item 4.9.4 - Proposta de preços e seus subitens** do Projeto Básico.

4.8.4.6. Havendo erros que não admitam correções nos termos deste item, a proposta será desclassificada. A negativa de aceite das correções supletivas realizadas de ofício pela Administração, de que trata o **item 4.9.7.4** do Projeto Básico, caracterizará recusa ou desistência da proposta por parte da licitante, com incidência da penalidade de multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor da proposta.

#### 4.9. Julgamento das propostas #JULG

4.9.1. Conforme [Decreto Municipal nº 2259, de 26 de outubro de 2023](#):

"(...)

**Art. 99.** *No caso de obras ou serviços de engenharia, o percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá de preferencia linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, exceto quando apresentada declaração pelo licitante conforme § 2º do art. 73.*

(...)"

4.9.1.1. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do Projeto Básico e do edital de licitação, bem como aquelas com valor global superior ao valor máximo da contratação ou com preços manifestamente inexequíveis, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.9.1.2. As propostas serão classificadas na ordem crescente do valor global apresentado, sendo analisada a proposta com o menor preço, conforme critérios do **item 4.9 - Apresentação da proposta** do Projeto Básico, observado ainda os casos de enquadramento como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

I - No caso de desclassificação da primeira colocada com relação aos critérios do **item 4.9 - Apresentação da proposta** do Projeto Básico, serão analisadas as demais propostas, na ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis às empresas desclassificadas.

4.9.1.3. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço total ou global, documentação de habilitação e estrita obediência ao conteúdo do Projeto Básico e do edital de licitação. Por razões operacionais é necessária a adjudicação de uma única licitante para a execução de todo o objeto licitado.

4.9.1.4. Com fundamento no art. 59, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, será considerada presumivelmente inexequível a proposta que apresentar valor global inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Nestes casos, todas as licitantes nessa condição serão convocadas simultaneamente a apresentar, por meio da comissão de contratação, comprovação da viabilidade econômico-financeira da proposta, mediante apresentação, no prazo de 24 horas (prorrogável por igual período), dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros que a comissão julgar necessários:

I - Planilhas de composição de custos unitários, com memória de cálculo detalhada dos preços ofertados;

II - Descrição da metodologia executiva ou tecnologias construtivas que resultem em economia comprovada de tempo ou recursos;

III - Comprovação de condições operacionais diferenciadas, como: disponibilidade prévia de insumos, frota ou equipe própria, localização privilegiada, entre outros;

IV - Notas fiscais recentes ou documentos equivalentes, que demonstrem fornecimento ou execução anterior de objeto similar com valores compatíveis aos ofertados;

V - Atestados de execução de obras ou serviços similares realizados nos últimos 12 (doze) meses, que comprovem a viabilidade dos valores ofertados;

VI - Outras justificativas técnicas ou econômicas, desde que aptas a comprovar a exequibilidade, especialmente nos casos em que não for possível entregar um ou mais dos itens citados anteriormente.

4.9.1.5. A documentação referida deverá ser apresentada conjuntamente com a proposta de preços, quando esta se enquadrar na hipótese de valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do orçamento estimado pela Administração.

4.9.1.6. A ausência de entrega no prazo fixado, ou a apresentação de justificativas consideradas insuficientes pela Administração, implicará na desclassificação da proposta, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9.1.7. A exigência de comprovação de exequibilidade não se confunde com a obrigação do §5º do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, que permanece restrita ao licitante vencedor, para reelaboração e apresentação das planilhas finais (quantitativos, custos unitários, BDI e ES) adequadas ao valor final da proposta vencedora.

## 5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

5.1.1. contrato social ou instrumento equivalente;

5.1.2. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;

5.1.3. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;

5.1.4. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

5.1.5. regularidade perante a fazenda municipal de Maringá/PR;

5.1.6. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e

5.1.7. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

5.1.7.1. **Para fins de regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitos os documentos que tiverem dentro da validade nas seguintes datas:**

a) da consulta ao SICAF; ou

b) da consulta nos portais de consulta publica; ou

c) da convocação pelo agente de contratação.

### 5.2. Qualificação técnica:

5.2.1. Para a definição das exigências de comprovação de qualificação técnica foram considerados os requisitos do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como da Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União (TCU), reproduzida a seguir: "*Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.*"

5.2.2. A licitante somente será considerada habilitada quanto a qualificação técnica se atender todos os requisitos apresentados neste item.

#### 5.2.3. Registro em entidade profissional #ENTI

I - Será demonstrado por meio da Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando a regularidade **da licitante e dos profissionais** a ela vinculados para os serviços do Projeto Básico, na forma da legislação vigente.

II - Caso a empresa licitante ou o responsável técnico não sejam registrados ou inscritos no

CREA e/ou CAU do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes órgãos regionais por ocasião da assinatura do contrato.

#### 5.2.4. Capacidade técnico-operacional #RMAO

I - Será demonstrada por meio da apresentação de **um (ou mais) Atestado(s), Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A), Certidão de Acervo Operacional (CAO) ou Declaração(ões)**, emitido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que não seja emitida pelo próprio licitante, que comprove(m) o desempenho do licitante de forma satisfatória na execução de objeto compatível com a parte de maior relevância e valor significativo do objeto desta contratação, sem nenhuma informação que o desabone, conforme requisitos mínimos de capacidade técnico-operacional (quantidades mínimas dos itens listados na **Tabela 06** do Projeto Básico).

II - Considera-se de maior relevância técnica e de valor significativo para o objeto da contratação os itens apresentados na **Tabela 06** abaixo:

**Tabela 06 do PB – Requisitos de Capacidade Técnico-Operacional**

REQUISITOS DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	Execução de construção e/ou reforma de obra em alvenaria	m² (metros quadrados)	400,00

III - **Para o atendimento das quantidades mínimas será permitida a soma das áreas de atestados, certidões e/ou declarações de acervo técnico.**

IV - **Caso a empresa participe dos dois lotes, deverá comprovar o atendimento ao somatório das quantidades estabelecidas para os lotes nº 01 e 02 por meio de documentação distinta para cada lote.**

V - **Justificativa para capacidade técnico-operacional:** as exigências de comprovação de **capacidade técnico-operacional** da empresa têm por finalidade, igualmente às exigências de capacidade técnico-profissional, garantir a qualidade e solidez dos elementos mais significativos da obra, tanto do ponto de vista da técnica construtiva quanto da expressividade dos valores monetários, mas, sobretudo, assegurar que a empresa vencedora do certame tenha capacidade de mobilização de recursos necessários e simultâneos solicitados pelos elementos de obra. Desta forma, a demonstração que a empresa tenha executado uma construção e/ou reforma de obras em alvenaria deve-se às características da obra objeto do Projeto Básico, devendo a empresa demonstrar versatilidade, capacidade técnica e operacional para mobilização de materiais, equipamentos e pessoais suficientes e compatíveis com o porte da empreita, por vezes, simultâneos em frentes específicas de trabalho devido a diversidade dos elementos constitutivos do objeto como um todo.

#### 5.2.5. Capacidade técnico-profissional #RMAP #RAEP

I - Será demonstrada por meio da apresentação de **uma (ou mais) Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A)** do responsável técnico, expedida(s) pelo respectivo conselho profissional, que comprove sua experiência conforme requisitos mínimos de capacidade técnico-profissional (quantidades mínimas dos itens listados na Tabela 07 do Projeto Básico).

II - **O profissional detentor do(s) atestado(s) apresentado(s) para os serviços requisitados deverá participar, obrigatoriamente, como responsável técnico principal pela execução da obra.** Cada profissional só poderá participar do processo licitatório, com seu acervo, por meio de um único licitante.

III - Considera-se de maior relevância técnica e de valor significativo para o objeto da contratação os itens apresentados na **Tabela 07** abaixo:

**Tabela 07 do PB – Requisitos de Capacidade Técnico-Profissional**

REQUISITOS DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	Execução de construção e/ou reforma de obra em alvenaria	m² (metros quadrados)	400,00



IV - Para fins de comprovação, se não constante expressamente na CAT-A, o licitante poderá anexar outros documentos a fim de complementar o atendimento da exigência, que serão analisados pela comissão de contratação.

V - **Para o atendimento das quantidades mínimas será permitida a soma das áreas de certidões de acervo técnico.**

VI - **Justificativa para capacidade técnico-profissional:** as exigências de comprovação de **capacidade técnico-profissional** têm por finalidade garantir, por meio do conhecimento e experiência dos profissionais, a qualidade e solidez dos elementos mais significativos da obra, tanto do ponto de vista da técnica construtiva quanto pela expressividade dos valores monetários que se apresentaram na Curva ABC, nos termos das justificativas abaixo:

a) **Execução de construção e/ou reforma de obra em alvenaria (item 01)**

a.1) A edificação que compõe o objeto é, em sua maioria, constituída pelo sistema construtivo de alvenaria de vedação de blocos cerâmicos. Considerando a intervenção em si, entende-se ser fundamental que o profissional responsável pela execução da obra tenha executado a construção e/ou reformado uma edificação com estas características e no mínimo **400,00 (quatrocentos metros quadrados)**, correspondente a cerca de **50% (cinquenta por cento)** da área que será executada na intervenção.

5.2.6. **Comprovação de disponibilidade #CDDI**

I - A comprovação de disponibilidade de profissional habilitado para a execução dos trabalhos referidos na comprovação de capacidade técnico-profissional será mediante a apresentação de **um dos documentos abaixo**:

- a) Vínculo trabalhista (Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e Ficha de Emprego), em sendo o profissional empregado do licitante;
- b) Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
- c) Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante, tendo vigência de no mínimo **06 (seis) meses** a contar da data de entrega da proposta;
- d) **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA** pelo licitante com a anuência formal do profissional, conforme modelo disponibilizado no edital de licitação. A declaração deverá ser individual, aceitando a participação no processo licitatório, especificando a participação na execução do objeto e ter firma reconhecida do profissional.

5.2.7. **Visita técnica #VITE**

I - Com o intuito que tenham pleno conhecimento das condições locais e do grau de dificuldade em que será realizado o objeto da licitação, bem como o conhecimento e avaliação das peculiaridades relativas aos serviços a serem desenvolvidos, recomenda-se que os licitantes realizem visita técnica no local da obra.

II - A visita deverá ser realizada por quem possua conhecimento técnico suficiente para tal incumbência, acompanhado por engenheiro ou arquiteto da Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura do Município de Maringá, para agendamento deverá ser aberto o tipo processual no SEI: "**Obras Públicas: Visita Técnica para Licitação**" e preenchido o "**Formulário de Solicitação de Visita Técnica**".

III - O Atestado de Visita Técnica será disponibilizado no mesmo processo SEI, em até **02 (dois) dias úteis** após a realização da visita.

IV - O prazo máximo para realização da visita é de **03 (três) dias úteis** antes da abertura da licitação.

V - Se realizada visita técnica pela proponente, essa deverá apresentar o **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA** junto da documentação de qualificação técnica. Caso a proponente opte por não realizar a visita, poderá substituir o Atestado de Visita Técnica citado anteriormente, por **DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**, conforme modelo disponibilizado no edital de licitação, de que conhece as condições locais em que será realizada a obra, bem como todas as peculiaridades, assumindo a responsabilidade por

eventual erro em sua proposta decorrente da falta de visita ao local.

5.2.8. Para fins de esclarecimento, a licitante deverá apresentar uma tabela resumo dos documentos de Qualificação Técnica, correlacionando as páginas dos arquivos apresentados aos itens correspondentes do Projeto Básico, de preferência utilizando o modelo apresentado no [Anexo de Edital \(SEI nº 8531609\)](#).

5.2.9. **Comprovação de não participação de licitantes e profissionais #CPLP** As empresas participantes e os profissionais apresentados por essas deverão atender aos critérios listados no art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e no Caderno de Normas Licitatórias (disponível em <https://www.maringa.pr.gov.br/caderno-normas-licitatorias/>). A relação de empresas e/ou responsáveis técnicos e fiscais dos estudos técnicos, projetos e orçamento está apresentada no **item 15 - Responsáveis técnicos e fiscais dos estudos técnicos, projetos e orçamento** do Projeto Básico.

5.3. **Qualificação econômico-financeira**, conforme doc. SEI nº 8624083 #JQEF

5.3.1. **Certidão negativa de falência: #CNFA**

I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data prevista para a abertura da licitação. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

5.3.2. **Balanco Patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais #ICPL**

I - Balanco Patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando-se como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP - DI, publicada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro indicador que o venha substituir. As demonstrações devem ser assinadas por contador habilitado e pelo proprietário da empresa. Empresas constituídas há menos de dois anos apresentarão as demonstrações relativas ao último exercício, já as empresas recém criadas poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

II - O Balanco Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanco Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário" contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil. As demonstrações contábeis deverão estar autenticadas via Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos ou ainda via SPED (Sistema Público de Escrituração Digital).

5.3.3. **Índices contábeis a serem atendidos nos 02 (dois) últimos balanços #ICUB**

I - Apresentação do índice de liquidez geral (ILG), índice de liquidez corrente (ILC), grau de endividamento (GE), conforme especificado no documento supracitado.

a) A proponente deverá apresentar Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,0 (um inteiro), Liquidez Corrente igual ou superior a 1,0 (um inteiro) e Grau de Endividamento igual ou inferior a 1,0 (um inteiro).

II - As fórmulas indicadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço. Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo a proponente fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação.

5.3.4. **Capital Circulante Líquido Mínimo a ser atendido nos 02 (dois) últimos balanços #CCL**

I - Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL), apurado no último Balanco Patrimonial apresentado, em valor igual ou superior à soma dos 02 (dois) primeiros meses do cronograma físico-financeiro proposto pela licitante.

a) A comprovação se dará mediante a aplicação da seguinte fórmula no Balanco Patrimonial:  $CCL = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$ .

b) O valor a ser comprovado será calculado com base no cronograma físico-financeiro apresentado na proposta da licitante, conforme item 4.9.4 do Termo de Referência

#### 5.3.5. Percentual mínimo do patrimônio líquido a ser atendido nos 02 (dois) últimos balanços #CSPL

I - Para cada lote, apresentar a comprovação de possuir Patrimônio Líquido mínimo equivalente a **10% (dez por cento)** do valor máximo estimado da contratação, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais. Quando a empresa licitante for participar dos dois lotes, deverá comprovar o valor patrimonial líquido com relação a soma dos valores estimados da contratação (Lote nº 01 e Lote nº 02).

5.3.6. A disponibilidade financeira operacional será declarada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, devidamente assinados pelo contador da empresa, conforme modelo de [DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA \(SEI nº 3301315\)](#) disponibilizado no edital de licitação. As fórmulas indicadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço. Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo a proponente fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação..

5.4. **Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.**

5.5. **As demais DECLARAÇÕES listadas nos Anexos (abaixo), integrantes deste Edital, deverão ser entregues juntamente com os documentos de habilitação.**

## 6. INFRAÇÕES E PENALIDADES NO CERTAME #IPCE

6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

6.1.1. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

6.1.2. Impedimento de licitar e contratar;

6.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.

**Tabela 07 – Infrações e penalidades no certame**

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses

Inviabilidade de não celebração do contrato devido à indisponibilidade financeira após o seu recálculo	Multa sobre o valor total da proposta	5%
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%

#### 6.1.4. Pelas infrações administrativas de:

6.1.4.1. Deixar de entregar documentação exigida para o certame;

6.1.4.2. Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e

6.1.4.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.1.5. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

6.1.6. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

6.1.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.1.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

## 7. INFORMAÇÕES GERAIS

### 7.1. Definições

- 7.2. [Condições de julgamento de propostas e habilitação](#)
- 7.3. [Critérios de desempate](#)
- 7.4. [Negociação](#)
- 7.5. [Recursos e contrarrazões](#)
- 7.6. [Adjudicação e homologação](#)
- 7.7. [Disposições gerais](#)
- 7.8. Nossos canais de atendimento: (44) 3127-7100.
- 7.9. Onde estamos: Rua Néo Alves Martins, 2597, CEP: 87013-060, Maringá/PR.
- 7.10. **Compete ao licitante, até a adjudicação e homologação, acompanhar as operações na respectiva Plataforma de processamento do certame (<http://comprasnet.gov.br/>), sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negociações diante da inobservância de qualquer convocação/mensagem enviada, solicitada ou emitida pelo Sistema ou de sua própria desconexão.**
- 7.11. **As demais comunicações entre a Administração e os licitantes dar-se-ão oficialmente através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>).**
- 7.12. Quem são os responsáveis pelo certame:
- 7.12.1. Autoridade máxima da unidade demandante: **#RESP Antônio Carlos Figueiredo Nardi** - Secretário Municipal de Saúde e **Roberto Petrucci Junior** - Secretário Municipal de Obras Públicas..
- 7.12.2. Agente de contratação/Comissão de Contratação/Pregoeiro: Conforme Portaria de Nomeação
- 7.12.3. Equipe de Apoio: Unidade Técnica de Análise da SEMOP, conforme Portaria de Nomeação
- 7.13. Normas de regência: [Caderno de Normas Licitatórias](#); [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#); Decreto Municipal nº 2259/2023 (altera Dec. 112/2023; <https://tinyurl.com/Dec2259-2023>); Decreto Municipal nº 1856/2023 (SRP; <https://tinyurl.com/Dec1856-2023>); Lei Complementar nº 1.142/2019;
- 7.14. Havendo divergências entre o Edital e outros documentos anexos integrantes deste, como o Projeto Básico, prevalecerá o estabelecido em Edital.
- 7.15. São anexos deste edital:
- I - Especificações do objeto
  - II - Estudo Técnico Preliminar
  - III - Projeto Básico
  - IV - Minuta de Contrato
  - V - Modelo da proposta
  - VI - Modelo de Declaração de Regime Tributário/Folha de Pagamento/Data-base do Sindicato
  - VII - Modelo de Declaração de Desconto Não Linear
  - VIII - Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Capacidade Operacional Financeira
  - IX - Modelo de Declaração de Disponibilidade Técnica
  - X - Modelo de Declaração de Não Realização de Visita Técnica

Maringá - PR, 14 de maio de 2026.



# ANEXO I

## ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### 1.1. #OBJC

1.1.1. Contratação de empresa especializada na área de engenharia/arquitetura para execução de obra de **Reforma e Ampliação da Escola Municipal Pastor João Barbosa de Macedo** no Município de Maringá – PR. Serão executados serviços de reforma e ampliação em edificação de alvenaria, com estrutura de concreto armado e cobertura de estrutura metálica. O objeto deverá ser executado de acordo com os projetos e documentação relacionada, conforme documentos citados no **item 9.3 - Anexos do Projeto Básico**.

1.1.2. **ATENÇÃO: OS PROJETOS E DOCUMENTOS RELACIONADOS NO PROJETO BÁSICO PODEM SER CONSULTADOS POR MEIO DOS RESPECTIVOS LINKS, SOB OS NOMES DOS ARQUIVOS, OU AINDA, POR MEIO DO LINK INDICADO A SEGUIR:**  
<https://tinyurl.com/2xtp2cpq>.

1.1.3. A intervenção deverá ser entregue de acordo com os prazos e cronograma apresentados no **item 3.3 - Prazo de entrega ou de execução do objeto** e **item 3.4 - Cronograma para execução** do Projeto Básico. As informações gerais a respeito do objeto estão indicadas na **Tabela 01** apresentada a seguir:

**Tabela 01 - Tabela Resumo**

NOME DA OBRA	Construção do Pronto Atendimento Municipal (PAM) - Lote nº 01: PAM Zona Leste e Lote nº 02: PAM Zona Oeste			
INTERVENÇÃO	Execução de Obra - Construção - Edificação - Posto de Saúde			
	CATSER: 1619 - Obras Civas de Edificação Prediais			
OBJETO	Contratação de empresa especializada na área de engenharia/arquitetura para execução de obra de <b>Construção do Pronto Atendimento Municipal (PAM) - Lote nº 01 (PAM Zona Leste) e Lote 02 (PAM Zona Oeste)</b> no Município de Maringá – PR			
DIMENSÕES BÁSICAS DE PROJETO	Lote 01: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Leste			
	ÁREA	ÁREA DESCOBERTA (m²)	ÁREA COBERTA (m²)	ÁREA TOTAL (m²)
	Terreno	-	-	12.064,00
	Construção	-	856,44	12.064,00
	Demolição	-	-	-
	Reforma	-	-	-
	Ampliação	-	-	-
	<b>Total Intervenção</b>	-	<b>856,44</b>	<b>12.064,00</b>
	Lote 02: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Oeste			
	ÁREA	ÁREA DESCOBERTA (m²)	ÁREA COBERTA (m²)	ÁREA TOTAL (m²)
	Terreno	-	-	9.983,06
	Construção	-	856,44	-
	Demolição	-	-	-
	Reforma	-	-	-
	Ampliação	-	-	-

	Total Intervenção	-	856,44	9.983,06
LOCALIZAÇÃO DA OBRA	Lote 01: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Leste			
	Lote	001		
	Quadra	507		
	Zona	036		
	Endereço	Rua Henoch Vieira de Quental, nº 587		
	Bairro	Loteamento Bom Jardim, Zona 36		
	Cadastro Imobiliário	36651000		
	CD-Bem	610003000		
	Lote 02: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Oeste			
	Lote	001		
	Quadra	143		
	Zona	043		
	Endereço	Rua Bem-Te-Vi, nº 1096		
	Bairro	Jardim Everest, Zona 43		
	Cadastro imobiliário	43259900		
	CD-Bem	610003001		
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DADOS PARA EMPENHO	Lote 01: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Leste			
	RUBRICA		OBSERVAÇÃO	VALOR
	08.010.10.302.0012.1.017.4.4.90.51.00.00.	Fonte de recurso: 1483 - Recurso Estadual (transferência fundo a fundo)		R\$ 5.500.000,00
		Fonte de recurso: 1303 - Recurso Próprio		R\$ 998.098,66
		Total:		R\$ 6.498.098,66
	Lote 02: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Oeste			
	RUBRICA		OBSERVAÇÃO	VALOR
	08.010.10.301.0012.1.026.4.4.90.51.80.00	Fonte de recurso: 1483 - Recurso Estadual (transferência fundo a fundo)		R\$ 5.500.000,00
		Fonte de recurso: 1303 - Recurso Próprio		R\$ 1.862.408,65
		Total:		R\$ 7.362.408,65
	Total (Lote 01 + Lote 02) (R\$):			R\$ 13.860.507,31
FORMA DE PAGAMENTO	Em parcelas mensais, conforme medições apresentadas			
PRAZO DE EXECUÇÃO	Lote 01: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Leste			
	300 dias			
	Lote 02: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Oeste			
	300 dias			

<b>PRAZO DE VIGÊNCIA</b>	<b>Lote 01: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Leste</b>			
	480 dias			
	<b>Lote 02: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Oeste</b>			
	480 dias			
<b>GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>Lote 01: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Leste</b>			
	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>MATRÍCULA</b>
	<b>Gestor Titular</b>	<b>Lucas Vinícius de Lima</b>	<b>Enfermeiro (Gerente de planejamento)</b>	<b>46537</b>
	Gestor Suplente	Clicie Arrias Fabri	Enfermeira (Diretora de assistência e promoção à saúde)	18621
	<b>Fiscal Titular</b>	<b>Emílio Antônio Scolari Neto</b>	<b>Engenheiro civil</b>	<b>44126</b>
	Fiscal Suplente	Sigmar Otaviano Navachi	Engenheiro civil	46099
	<b>Lote 02: Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Oeste</b>			
	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>MATRÍCULA</b>
	<b>Gestor Titular</b>	<b>Lucas Vinícius de Lima</b>	<b>Enfermeiro (Gerente de planejamento)</b>	<b>46537</b>
	Gestor Suplente	Clicie Arrias Fabri	Enfermeira (Diretora de assistência e promoção à saúde)	18621
	<b>Fiscal Titular</b>	<b>Paulo Eduardo Obadovski Alves</b>	<b>Engenheiro civil</b>	<b>45087</b>
	Fiscal Suplente	Emílio Antônio Scolari Neto	Engenheiro civil	44126
	<b>Anexo A - Documentos</b>			
	<b>Lote nº 01 - Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Leste</b>			

1. Relatório de Ficha Técnica - ([SEI nº 8179097](#))  
2. Espelho do Cadastro Imobiliário - ([SEI nº 8179095](#))  
3. Matrícula do Imóvel - ([SEI nº 8149531](#))  
4. Alvará de Projeto - ([SEI nº 8494741](#))  
5. Aprovação CB - ([SEI nº 8494741](#))  
6. Aprovação SANEPAR - ([SEI nº 8494741](#))  
7. Aprovação COPEL - ([SEI nº 8494741](#))  
8. Licenciamento Ambiental - ([SEI nº 8494741](#))  
9. Aprovação Vigilância Sanitária - ([SEI nº 8494741](#))  
10 Estudo Técnico Preliminar - ([SEI nº 8139218](#))

**Lote nº 02 - PAM Zona Oeste**  
1. Relatório de Ficha Técnica - ([SEI nº 8179100](#))  
2. Espelho do Cadastro Imobiliário - ([SEI nº 8179092](#))  
3. Matrícula do Imóvel - ([SEI nº 8149530](#))  
4. Alvará de Projeto - ([SEI nº 8490323](#))  
5. Aprovação CB - ([SEI nº 8490323](#))  
6. Aprovação SANEPAR - ([SEI nº 8490323](#))  
7. Aprovação COPEL - ([SEI nº 8490323](#))  
8. Licenciamento Ambiental - ([SEI nº 8490323](#))  
9. Aprovação Vigilância Sanitária - ([SEI nº 8490323](#))  
10 Estudo Técnico Preliminar - ([SEI nº 8139895](#))

<b>ANEXOS DO PROJETO BÁSICO</b>	<b>Anexo B - Projetos e Estudos</b>
	<b>Lote nº 01 - Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Leste</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Levantamento Planialtimétrico - (<a href="#">SEI nº 8476770</a>)</li> <li>2. Sondagem - (<a href="#">SEI nº 8476811</a>)</li> <li>3. Projeto Arquitetônico - (<a href="#">SEI nº 8477504</a>)</li> <li>4. Projeto de Terraplanagem - (<a href="#">SEI nº 8477683</a>)</li> <li>5. Projeto de Fundações e Estrutura de Concreto Armado - (<a href="#">SEI nº 8479108</a>)</li> <li>6. Projeto de Estruturas Metálicas - (<a href="#">SEI nº 8479271</a>)</li> <li>7. Projeto de Instalações Elétricas - (<a href="#">SEI nº 8480063</a>)</li> <li>8. Projeto de SPDA - (<a href="#">SEI nº 8479820</a>)</li> <li>9. Projeto de Instalações Telefônicas, Rede Estruturada, Alarme e Som - (<a href="#">SEI nº 8480119</a>)</li> <li>10. Projeto de Instalações Hidrossanitárias - (<a href="#">SEI nº 8480424</a>)</li> <li>11. PTPID - (<a href="#">SEI nº 8480563</a>)</li> <li>12. Projeto de Climatização/ Exaustão - (<a href="#">SEI nº 8480750</a>)</li> <li>13. Projeto de Canteiro de Obras - (<a href="#">SEI nº 8480826</a>)</li> <li>14. Projeto de Gases Medicinais - (<a href="#">SEI nº 8481024</a>)</li> <li>15. Projeto de Radioproteção - (<a href="#">SEI nº 8481155</a>)</li> <li>16. Projeto de Comunicação Visual - (<a href="#">SEI nº 8493407</a>)</li> </ol>
	<b>Lote nº 02 - Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Oeste</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Levantamento Planialtimétrico - (<a href="#">SEI nº 8489208</a>)</li> <li>2. Sondagem - (<a href="#">SEI nº 8489209</a>)</li> <li>3. Projeto Arquitetônico - (<a href="#">SEI nº 8493967</a>)</li> <li>4. Projeto de Terraplanagem - (<a href="#">SEI nº 8493996</a>)</li> <li>5. Projeto de Fundações e Estrutura de Concreto Armado - (<a href="#">SEI nº 8494194</a>)</li> <li>6. Projeto de Estruturas Metálicas - (<a href="#">SEI nº 8494225</a>)</li> <li>7. Projeto de Instalações Elétricas - (<a href="#">SEI nº 8494307</a>)</li> <li>8. Projeto de SPDA - (<a href="#">SEI nº 8494320</a>)</li> <li>9. Projeto de Instalações Telefônicas, Rede Estruturada, Alarme e Som - (<a href="#">SEI nº 8494344</a>)</li> <li>10. Projeto de Instalações Hidrossanitárias - (<a href="#">SEI nº 8494374</a>)</li> <li>11. PTPID - (<a href="#">SEI nº 8494393</a>)</li> <li>12. Projeto de Climatização/ Exaustão - (<a href="#">SEI nº 8494419</a>)</li> <li>13. Projeto de Canteiro de Obras - (<a href="#">SEI nº 8494427</a>)</li> <li>14. Projeto de Gases Medicinais - (<a href="#">SEI nº 8494465</a>)</li> <li>15. Projeto de Radioproteção - (<a href="#">SEI nº 8494483</a>)</li> <li>16. Projeto de Comunicação Visual - (<a href="#">SEI nº 8494513</a>)</li> </ol>
	<b>Anexo C - Orçamento</b>
	<b>Lote nº 01 - Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Leste</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Orçamento - (<a href="#">SEI nº 8481684</a>)</li> </ol>
	<b>Lote nº 02 - Pronto Atendimento Municipal (PAM) Zona Oeste</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Orçamento - (<a href="#">SEI nº 8494569</a>)</li> </ol>
	<b>Os projetos e documentos relacionados acima podem ser consultados por meio dos respectivos links, sob os nomes dos arquivos, ou ainda, por meio do link indicado a seguir: <a href="https://tinyurl.com/28odadye">https://tinyurl.com/28odadye</a>.</b>

1.1.4. Os projetos padronizados desenvolvidos pela Secretaria da Saúde do Paraná (SESA-PR) não foram elaborados utilizando Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modeling* - BIM) e consequentemente os projetos de implantações elaborados pela equipe da Prefeitura do Município de Maringá seguiram a padronização disponibilizada pelo Governo do Estado do Paraná.

1.1.5. O objeto de contratação é classificado como “obra de engenharia” e será executado indiretamente, conforme critérios definidos no Projeto Básico, de acordo com a **Lei Federal nº 14.133 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, de 1º de abril de 2021, e **Decreto Municipal nº 2259 – Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito municipal**, de 26 de outubro de 2023. Também aplica-se à execução do contrato e aos casos omissos a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, bem como os princípios da teoria geral dos contratos e as

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OBJETO) E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Do objeto a licitar e preço máximo fixado: #VETC O valor máximo da contratação é de **R\$ 13.860.507,31 (treze milhões, oitocentos e sessenta mil quinhentos e sete reais e trinta e um centavos)**. O orçamento detalhado, bem como memoriais e justificativas de cálculo para o quantitativo final, composições e demais itens pertinentes estão organizados no **Anexo C – Orçamento (SEI nº 8481684)** e **(SEI nº 8494569)** do Projeto Básico.

2.1.1. Valor máximo do Lote nº 01: **R\$ 6.498.098,66** (seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil noventa e oito reais e sessenta e seis centavos);

2.1.2. Valor máximo do Lote nº 02: **R\$ 7.362.408,65** (sete milhões, trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e oito reais e sessenta e cinco centavos).

2.2. Especificação e quantidades da solução: #EQSO O objeto deverá ser executado conforme especificações e quantidades apresentadas na documentação anexa ao Projeto Básico, conforme **item 9.3 - Anexos do Projeto Básico**.

2.3. Prazo para início da execução do objeto: #PIEO O início da execução dos serviços estará condicionado à emissão da respectiva Ordem de Serviço, sendo que os serviços deverão ser iniciados, no máximo, dentro de **05 (cinco) dias corridos** após sua assinatura.

2.3.1. Os prazos para execução serão contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço, sendo os seguintes:

2.3.1.1. Lote nº 01: **300 (trezentos) dias corridos**;

2.3.1.2. Lote nº 02: **300 (trezentos) dias corridos**.

2.3.2. As Ordens de Serviço podem ser emitidas simultaneamente, ou seja, caso a empresa vencedora seja a mesma para os dois lotes, ela deverá executar todas as obras ao mesmo tempo, de maneira independente.

2.3.3. O prazo de execução caracteriza a entrega dos serviços totalmente aprovados pela fiscalização, desta forma qualquer correção deverá ser feita dentro do prazo de execução.

2.4. O cronograma para execução da obra de **Construção do Pronto Atendimento Municipal (PAM) - Lote nº 01 (PAM Zona Leste) e Lote 02 (PAM Zona Oeste)** está contido no **item 9.3.3 - Anexo C - Orçamento do Projeto Básico**. A fiscalização deverá exercer controle rigoroso sobre o cronograma físico-financeiro, aprovando eventuais ajustes que ocorram durante o desenvolvimento dos trabalhos, mantendo-se o prazo final de execução.

2.5. Prazo de vigência do contrato: #PVCO

2.5.1. Os prazos de vigência serão contados a partir da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), sendo os seguintes:

2.5.1.1. Lote nº 01: **480 (quatrocentos e oitenta) dias corridos**;

2.5.1.2. Lote nº 02: **480 (quatrocentos e oitenta) dias corridos**.

2.6. Prorrogações: #PROR

2.6.1. Toda solicitação de prorrogação de prazo de execução deverá ser efetivada no período de execução do contrato, e ser previamente autorizada pelo contratante.

2.6.2. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, não imputado às partes, o prazo de execução será prorrogado automaticamente por igual período.

2.6.3. No caso de prorrogação de prazo de execução, deverá ser elaborado novo cronograma físico-financeiro pelo contratado, com as alterações necessárias, incluindo-se as parcelas faturadas e a faturar, a fim de ser submetido à aprovação pelo contratante. Deverá ser apresentada a justificativa e a autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, além de ser formalizada nos autos do processo administrativo.

2.6.4. A prorrogação de vigência contratual será admitida nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, visto que trata-se de contratação por escopo, cujos prazos de vigência



poderão ser automaticamente prorrogados até a conclusão do objeto, desde que não tenha havido culpa do contratado e que a Administração reconheça a necessidade de prorrogação para o cumprimento integral das obrigações assumidas. A prorrogação ocorrerá mediante justificativa formal e registro nos autos do processo administrativo, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a vinculação ao projeto aprovado e à dotação orçamentária vigente. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

2.6.4.1. O contratado será constituído em mora, aplicando-se as respectivas sanções administrativas;

2.6.4.2. A Administração poderá optar pela extinção do contrato mas somente após adotar todas as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## 2.7. Local de entrega ou execução: #LEEX

2.7.1. As obras pretendidas serão executadas no Município de Maringá, Estado do Paraná, conforme as informações abaixo:

2.7.1.1. **Lote nº 01:** conforme a localização da **Figura 01** do Projeto Básico, no endereço: Rua Henocho Vieira de Quental, nº 587, na Zona 36 (Loteamento Bom Jardim) em Maringá - Paraná.

2.7.1.2. **Lote nº 02:** conforme a localização da **Figura 02** do Projeto Básico, no endereço: Rua Bem-Te-Vi, nº 1096, Na Zona 43 (Jardim Everest) em Maringá - Paraná.

## 2.7.2. Cadastro imobiliário

2.7.2.1. **Lote nº 01:** 36651000.

2.7.2.2. **Lote nº 02:** 43259900.

## 2.7.3. CD-Bem

2.7.3.1. **Lote nº 01:** 610003000.

2.7.3.2. **Lote nº 02:** 610003001.

## 2.7.4. Tipo e classificação de intervenção e tipo e classificação obra

2.7.4.1. Execução de Obra - Construção - Edificação - Posto de Saúde.

2.7.4.2. CATSER: Grupo 541 - Serviço 1619 - Obras Civis de Edificação Prediais.

**Figura 01 - Localização do terreno de cadastro imobiliário nº 36651000 (Fonte: Portal GeoMaringá - Ortofoto 2021)**





Figura 02 - Localização do terreno de cadastro imobiliário nº 43259900 (Fonte: Portal GeoMaringá - Ortofoto 2021)



2.7.5. **Áreas da intervenção:** Conforme indicado na **Tabela 03** e **Tabela 04** do Projeto Básico:

**Tabela 03 do PB – Áreas da intervenção - Lote 01**

ÁREAS	ÁREA DESCOBERTA (m²)	ÁREA COBERTA (m²)	TOTAL (m²)
Terreno	-	-	12.064,00
Construção	-	856,44	-
Demolição	-	-	-
Reforma	-	-	-
Ampliação	-	-	-
<b>Total intervenção</b>	-	<b>856,44</b>	<b>12.064,00</b>

**Tabela 04 do PB - Áreas da intervenção - Lote 02**

ÁREAS	ÁREA DESCOBERTA (m²)	ÁREA COBERTA (m²)	TOTAL (m²)
Terreno	-	-	9.983,06
Construção	-	856,44	-
Demolição	-	-	-
Reforma	-	-	-
Ampliação	-	-	-
<b>Total intervenção</b>	-	<b>856,44</b>	<b>9.983,06</b>

2.8. Garantia exigida do objeto: **#GEOB** A empresa contratada deverá prestar, sem quaisquer ônus para o Município, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no objeto, sempre que a ela imputáveis, mesmo após o encerramento do contrato, observando a legislação aplicável. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

2.9. **#RPCO** Deverão ser tomadas as providências listadas conforme **item 14 - Providências gerais** do Projeto Básico.

### 3. **GARANTIA FINANCEIRA DO CONTRATO: #PGFC**

3.1. Será exigida a prestação de garantia financeira do contrato no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato.

3.2. A garantia deverá ser prestada em qualquer das modalidades relacionadas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **após a assinatura do contrato e em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço**, exceto no caso da modalidade "seguro-garantia", no qual o prazo para apresentação será de **01 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior a assinatura do contrato.

3.3. Caso o licitante vencedor apresente proposta inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor estimado para a contratação, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme § 5º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### 4. **BENEFÍCIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MPE**

4.1. **#BMPE** “**Ampla concorrência - Geral**”: Não é item exclusivo para MPE.

## **ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

[Estudo Técnico Preliminar \(Geral\) \(SEI nº 8139218\)](#) - Lote nº 01

[Estudo Técnico Preliminar \(Geral\) \(SEI nº 8139895\)](#) - Lote nº 02

## **ANEXO III PROJETO BÁSICO**

[Projeto Básico \(Geral\) \(SEI nº 8093616\)](#)

**ANEXO IV  
MINUTA DE CONTRATO**

[Minuta de Contrato \(Obras\) \(SEI nº 8158727\) - Lote nº 01](#)

[Minuta de Contrato \(Obras\) \(SEI nº 8530440\) - Lote nº 02](#)

**ANEXO V  
MODELO DA PROPOSTA**

[Modelo da Proposta \(SEI nº 7845339\)](#)

**ANEXO VI  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO/FOLHA DE PAGAMENTO/DATA-BASE DO  
SINDICATO**

[Modelo de Declaração de Regime Tributário/ Folha de Pagamento/ Data-Base do Sindicato \(SEI nº 7847243\)](#)

**ANEXO VII  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESCONTO NÃO LINEAR**

[Modelo de Declaração de Desconto Não Linear \(SEI nº 7973049\)](#)

**ANEXO VIII  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE  
OPERACIONAL FINANCEIRA**

[Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de habilitação e Capacidade Operacional Financeira \(SEI nº 7854738\)](#)

**ANEXO IX  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA**

[Modelo de Declaração de Disponibilidade Técnica \(SEI nº 7844997\)](#)

**ANEXO X  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

[Modelo de Declaração de Não Realização de Visita Técnica \(SEI nº 7849103\)](#)

**ANEXO XI  
TABELA RESUMO DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

[Anexo de Edital \(SEI nº 8531609\)](#)

